

GT28: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora

Rozeli Porto, Naara Luna

O país está sob impacto do avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. O discurso da defesa da família, restrita a um único modelo, é associado à defesa de certas liberdades individuais, como a de crença religiosa, ou de recusa à vacinação, ao mesmo tempo que desmonta políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, inclui o país no acordo de Genebra para restringir o acesso a direitos reprodutivos, além de limitar o debate público sobre questões referentes a gênero e sexualidade, englobado na categoria de acusação "ideologia de gênero". Agentes religiosos envolvidos no aparelho de Estado e no Legislativo têm mobilizado essa discussão, além de empreendedores morais, especialmente do campo religioso, buscando influir na opinião pública e nas políticas de governo. O valor da liberdade individual é acionado de formas distintas, para defender o direito da liberdade religiosa a fim de impor posições LGBTfóbicas e contra os direitos das mulheres, alegando a defesa da família. Nosso GT pretende debater esse cenário complexo acolhendo trabalhos que problematizam as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos e pânicos morais. Aborto, reprodução assistida, adoção por casais de mesmo sexo, transgeneridade, reconhecimento do nome social, parto humanizado, são algumas questões de interesse. O objetivo é lançar luz sobre percepções de sexo, gênero e família, sustentados no interior de tais tensões e impactos no acesso a direitos e às políticas públicas.

Governabilidades conservadoras e as questões de gênero

Autoria: Keo Silva

Na última década, as cruzadas anti-gênero avançam nos contextos políticos na América Latina. Tal movimento ganha espaço de modo global, percebemos as interferências do conservadorismo no desenvolvimento dos estudos de antropologia, gênero e sexualidade na Hungria, por exemplo. No tocante a tais disputas, os embates chegam a tomar conta do espaço visual de grandes cidades, como em Paris. No Brasil, essas questões ganharam maior evidência nas disputas educacionais desde 2014. Atualmente, o PL 2578/2020 e o PL 5248/2020 correm na câmara dos deputados provocando mais embates. Nos EUA, o debate ganha notoriedade, após o projeto de lei chamado por ativistas da comunidade LGBTQIA+ de "Don't Say Gay". No Uruguai em 2019 reabriu-se o projeto de lei que visa o controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade na educação. Observamos, portanto, temas correlatos entre conservadorismo e discursos específicos sobre família e infância. Assim, nos interessa entender quais são, como se organizam e onde tem se localizado tais disputas e suas correlações com os cenários políticos e de governabilidade nos contextos atuais e como isso interfere diretamente no debate público em relação a noções como gênero, corpo, sexualidade, parentesco, infância.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

